



ACÓRDÃO Nº 414/2014 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 1850/2011 (9 Vols).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3-Órgão: Fundação de Medicina Tropical.

4-Exercício: 2010.

5-Responsável: Sr. Muni Lourenço Silva, ex-Diretor Administrativo e Financeiro e Ordenador de Despesa, e Sr. Sinésio Talhari, ex-Diretor-Presidente.

6-Unidade Técnica: DICA-AM – Informação nº 14/2013 (fls. 1707/1719) e DICOP - Relatório Conclusivo nº 95/2013 (fls. 1733/1758).

7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 185/2014-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança. (fls. 1759/1771).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual –
Fundação de Medicina Tropical. Exercício 2010.

*Regular com ressalvas. Determinações à FMT e
ao AMAZONPREV. Recomendação à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas, no sentido de:

9.1- À unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator:

9.1.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Fundação de Medicina Tropical, exercício de 2010, conforme dispõe o Art. 22, II da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE;

9.1.2- Determinar à administração da Fundação de Medicina Tropical que realize os devidos ajustes na legislação, restando-se assim, em consonância com as suas características reais de autonomia financeira, sob pena de aplicação das sanções previstas no Art. 54, II da Lei nº 2423/96, caso ocorra reincidência da presente irregularidade;

9.1.3- Determinar a notificação do gestor responsável, tanto da FMT quanto da AMAZONPREV para que regularize a situação posta em pauta, nos itens 15, 16 e 17; efetuando as devidas compensações previdenciárias. E para eivar de efetividade o feito, faz-se necessário a comunicação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e o INSS;

9.1.4- Recomendar à origem para que adote providencias junto a Fundação de Medicina Tropical a fim de realizar concurso público para substituir a irregular terceirização de mão de obra contratada por meio de cooperativas.



ACÓRDÃO Nº 414/2014 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.2- Por maioria, em conformidade com o voto de desempate proferido pelo Sr. Conselheiro-Presidente em favor do voto-vista proferido pelo Exmo. Sr. Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, pela não aplicação de multa ao senhor Muni Lourenço Silva, ex-diretor administrativo e financeiro, e ordenador de despesas, além do Sr. Sinésio Talhari, ex-Diretor-Presidente.

Vencido o voto do Relator corrigido oralmente, em sessão, pela aplicação de multa a cada um dos Gestores à época. Acompanhou o Relator a Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, pela aplicação de multa ao senhor Muni Lourenço Silva, pelo atraso no ACP, em valor calculado à época dos fatos.

9-Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10-Data da Sessão: 30 de julho de 2014.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral